
VOZES DOS “QUARTINHOS” MEMÓRIAS E ORALIDADES DE DUAS MULHERES TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE ORIGEM RURAL

Raquel Carvalho Santos

Bacharela em Humanidades pela Universidade Federal do Oeste da Bahia. Ex-bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-humanidades).

Resumo

Este trabalho visa contribuir com as dimensões de epistemologias contra hegemônicas, ao passo que investiga como marcadores sociais de gênero, raça e classe influenciam a memória e a oralidade de duas trabalhadoras domésticas de origem rural. Analisa suas trajetórias, desde o contexto rural até o trabalho doméstico, destacando os desafios enfrentados e as opressões interseccionais que moldam suas experiências. A interseccionalidade é utilizada como sensibilidade analítica para compreender como múltiplos marcadores sociais afetam suas narrativas de vida. A metodologia utilizada foi a história oral, pautada em entrevistas orais realizadas com as duas trabalhadoras domésticas.

Palavras-chave: Trabalhadoras domésticas. Interseccionalidade. Memória. Oralidade. Origem rural.

Introdução¹

De quantas “Marias” a casa grande é feita? A que lar elas pertencem senão aos quartinhos de empregada aos quais são sistematicamente violentadas, desumanizadas e tidas enquanto propriedades de seus patrões? Há de fato uma empregabilidade das relações trabalhistas no ofício de empregada doméstica no Brasil? Estas questões são latentes nas vias discriminatórias das opressões interseccionais, são dimensões de gênero, raça e classe que juntas trafegam pelas encruzilhadas das trajetórias dessas mulheres. Suas narrativas nos levam a desbravar esses lugares de violências que, muitas vezes, estão reservadas aos quartinhos e as conversas com seus pares. Lavar, passar, cozinhar e limpar se encontra na base da pirâmide social, estruturada historicamente pela herança escravocrata e por determinações biológicas no que tange as relações materiais, em que homens e mulheres foram separados pelo gênero numa perspectiva de divisão sexual do trabalho. Como apontado por Danièle Kergoat (2009, p. 67):

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção - ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho.

Dessa maneira, não é difícil supor o porquê de o trabalho doméstico no Brasil ser uma ocupação majoritariamente feminina e se estabelece particularmente articulado em esferas de poder. As riquezas são concentradas e, por conseguinte, as classes menos abastadas vendem sua força de obra em busca de subsistência, atrelado a isso, em sua maioria, são as mulheres negras a exercer tal função.

O trabalho doméstico é, como muito já se tem dito, uma ocupação de mulheres e, especialmente, de mulheres negras. Em 2009, enquanto apenas 1% dos homens ocupados eram trabalhadores domésticos, essa proporção alcançou 17% das mulheres, o que representa cerca de 6,7 milhões de trabalhadoras. Esta ocupação é ainda mais importante para as mulheres negras, sendo responsável pelo emprego de 21,8% dessas trabalhadoras, frente a 12,6% das brancas. A sobrerrepresentação da população feminina e negra nesta categoria está relacionada não apenas a tradicionais concepções de gênero, que

¹ A pesquisa se desenvolveu no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia, sendo apresentada no Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

representam o trabalho doméstico como uma habilidade natural das mulheres, mas também a uma herança escravista da sociedade brasileira, que se combinou com a construção de um cenário de desigualdade no qual as mulheres negras têm menor escolaridade e maior nível de pobreza e no qual o trabalho doméstico desqualificado, desregulado e de baixos salários constituiu-se numa das poucas opções de emprego. (PINHEIRO; MADSEN, 2011)

É nesse cenário que se insere a análise das trajetórias de vida de Maria de Fátima de Souza Carvalho e Rosa Rodrigues de Lima, duas mulheres trabalhadoras domésticas de origem rural². Ambas, como tantas outras mulheres, carregam consigo as marcas da exploração de classe, do racismo e do patriarcado. A primeira, atravessada pelas opressões interseccionais de gênero e classe e a segunda, pelos atravessamentos de raça, classe e gênero.

Mais uma “Maria empregada” pelas veredas dos sertões

“ó Maria essa aqui é a Maria’ que eu também né, meu nome é Maria de Fátima mas naquela época tinha que chamar “Maria empregada” mesmo que não fosse Maria tinha que ser Maria”

Maria de Fátima de Souza Carvalho

Maria de Fátima de Souza Carvalho, mulher branca e nordestina, nascida em 1959 no chão do sertão, povoado de Barriguda, localizado no município de Barreiras, Bahia, lugar, que anos mais tarde, em 1975, seria desapropriado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF). Filha de Francisca Ferreira da Silva (*in memoriam*) e Abílio de Souza Carvalho (*in memoriam*), ambos oriundos do meio rural, Maria cresceu em uma família numerosa, sendo uma das oito filhas mulheres do total de dez filhos do casal. Fora “pega” segundo ela, pela parteira Severiana. Ao ser questionada sobre sua infância, Maria de Fátima nos convida a uma imersão no cotidiano, até então, pacato do povoado em que morava.

Na verdade eu não tive assim infância... eu, quando eu era pequena tinha minhas irmãs mais nova do que eu, elas brincavam com boneca e eu brincava com sabugo de milho, eu enrolava uns paninho no sabugo de milho e fazia minhas boneca, mas eu gostava, eu era feliz, eu brincava só, brincava embaixo dum pé de manga ee eu gostava, não achava ruim não, só que eu tinha vontade

² Seguindo os requisitos da universidade para a ética em pesquisas, as entrevistadas autorizaram a divulgação dos seus nomes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

de ter uma boneca igual as minhas irmãs tinha, eu não tinha boneca e era isso.
(Maria Carvalho, 2023)

Essa Maria era apenas uma criança, uma menina do sertão que fazia suas próprias bonecas de sabugo de milho e brincava embaixo de um pé de manga, como poderia imaginar tamanho desatino em sua trajetória? Como poderia supor que as avenidas da vida iriam lhe atravessar, de modo tal, que lhe fizesse afirmar uma infância roubada? Infância essa que, em seus primeiros anos, fora marcada pela identidade construída no chão de seu povoado no Brasil profundo, interior do interior da Bahia, nas vielas constituídas de intersecções, de encruzilhadas adentro. O povoado se localizava logo depois da entrada da comunidade quilombola Mucambo, antes do Centro de Treinamento de Irrigantes (CTI). Era um lugar pacato que abrigava moradores que tinham como principal fonte de subsistência a agricultura familiar. Para além disso, o pai de Maria, seu Abílio, trabalhava como boiadeiro, chegava a passar meses pelas estradas transportando boiadas e, ao chegar em casa, levava carnes de caça para a família. Maria conta ainda do cotidiano na Barriguda, descreve como se dava a rotina no lugar em que nasceu e relata preconceitos em relação a origem rural.

Na roça lá né a gente, meu pai trabalhava na roça, ele plantava, eu ainda participei, eu era pequena, mas eu ia botar vigia ne arroz pros passarim não comer. Como eu era pequena, aí eu ia fazer isso e tinha minhas irmãs mais velhas que elas ainda ajudava limpar o arroz. Eu não fazia isso, eu ajudava espantar os passarim pra não comer o arroz, era divertido pra mim. Preconceito sempre teve, existia né. Naquela época, o pessoal de lá vinha pra Barreiras a pé, não tinha como vim, não tinha carro, aí vinha o pessoal a pé e eu me lembro que tinha aquele, era o único mercado, ali no cais ali né, perto do Vieirinha, naquela área ali, aí a feira era ali, então o pessoal já tinha aquele preconceito do povo da roça já, chamava a gente era de ‘matuto’.

A dinâmica dos afazeres no povoado se dava pelas memórias e saberes tradicionais, intensamente ligados as relações de proximidade com a natureza e uma cosmovisão da época e do lugar. A cultura da região, o modo de se fazer ofícios e transmiti-los de geração em geração através da memória, configura-se, portanto, a singularidade identitária de Maria. Sua identidade enquanto rural, ou “matuta”, era constituída de forma pejorativa por meio do contato com a diferenciação provinda do acesso ao outro na figura do urbanizado, do povo da cidade ainda que interiorano. O que nos aponta um olhar ainda mais atento para as camadas profundas no que concerne as análises através da lupa interseccional. O crucial impacto fora mencionado nas narrativas

seguintes, quando Maria nos leva a acessar a lembrança que iniciou sua jornada enquanto trabalhadora doméstica.

Eu assim, que me lembro que me marcou muito foi quando minha mãe me deu, eu tinha pouca idade, 7 anos eu acho e passou uma mulher lá na Barriguda e meus pais conhecia o marido dela, chamava de Dr. Lucena, trabalhava num banco em Salvador e ela me deu pra eles. E eu fui, chorando mas eu fui. Eu me lembro que eu entrei no carro, até hoje eu fecho meu olho eu lembro de o carro andando e eu olhando pro meu pai e meu pai chorando e eu olhando. Então, isso aí me marcou muito porque eu não queria ir e lá foi muito sofrimento, eu sofri muito na casa desse pessoal, não pelo marido dela que era seu Zé Lucena, mas pela mulher e eu sofri muito.

Maria fora levada de seu lugar de origem, seu lar, seu chão, distante dos seus e longe de tudo o que conhecia. Desde então, entrou em contato com privação, violência, dor e o sofrimento de carregar consigo estigmas sociais, pontos de intersecção, avenidas de gênero e classe que a colocaram num lugar de desumanização.

Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, freqüentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (Crenshaw, 2002, p. 177)

Kimberle Crenshaw enfatiza que essas opressões são simultaneamente sentidas e se sobrepõem numa complexa avenida de atravessamentos. Racismo, patriarcalismo e opressão de classe são sistemas que, embora distintos, não atuam de forma isolada. A intersecção desses eixos revela que o impacto cumulativo da opressão é maior do que a soma de suas partes, o que resulta na necessidade de uma análise que contemple a sobreposição de categorias sociais para entender plenamente as dinâmicas de poder e desigualdade. Ser marcada pelo gênero determinou que Maria fosse retirada de seu chão, assim como pela sua classe social e origem rural que se sobrepunham e se cruzam numa interposição de opressões. Fica muito evidente em seus relatos os marcadores de gênero, classe e, em outra esfera, o preconceito regional.

Nessa época nós fomos, eles moravam em Feira de Santana. Ele trabalhava no banco, aí quando ela me pegou, ela falou pra minha mãe que eu ia ser companheira da filha dela. Aí quando nós chegamo lá, eu me lembro, eu lembro até hoje da Maria que era a empregada dela. Ela falou: ‘ó Maria essa aqui é a Maria.’ [...] meu nome é Maria de Fátima, mas naquela época tinha que chamar “Maria empregada”, mesmo que não fosse. Maria tinha que ser Maria. Que eu amo meu nome Maria, mas ela me apresentou pra Maria e disse que eu ia, que ela ia me ensinar fazer os serviço doméstico pra que eu fosse

substituir ela. E a Maria me ensinava e como eu era muito pequena naquela época, ela me botava pra lavar louça, eu subia num banquinho, aí eu lavava as louças. Lavava mal lavada, ela brigava, fazia eu lavar tudo de novo. Quando ia varrer uma casa, se eu varria mal, ela fazia eu fazer de novo. E eu acho que é por isso que eu não gosto que alguém hoje me reprime ou me fala pra fazer, pra repetir, eu não gosto e acho que foi por causa disso. E eu é fui aprendendo fazer as coisas e quando eles foram pra Salvador, eu já sabia fazer as coisas de casa, lavar, passar ferro, aí fomo pra Salvador.

“Maria empregada”, “mesmo que não fosse Maria tinha que ser Maria”. A determinação do que seria trabalhadora doméstica insurge já no nome. Ser Maria é ser criada porque Maria é nome de empregada. É possível associar tal pensamento a um grupo privilegiado, a uma elite burguesa, em sua maioria branca, cujo indivíduos já estão acostumados com a servidão. Maria então, se configura enquanto um nome popular para as classes inferiores e, por isso mesmo, é tido enquanto um nome classificatório de identidades. Se Maria de Fátima não fosse Maria ainda assim seria, pois fora enquadrada enquanto “Maria empregada”. O que se segue daí foi uma série de violências sistemáticas impetradas por aquela que deveria ser sua guardiã. Como fora negociado com seus pais, com a promessa de uma educação formal na capital do estado, Maria seria a companhia para a filha do casal, criada como se fosse “da família”. No entanto, sabemos para qual finalidade fora retirada de seu chão, assim como tantas outras, para a função de servidão.

A experiência de trabalho infantil trouxe a Maria percepções como a do início deste texto, de que não tivera infância. Isso denota mais uma sobreposição de vias de impacto interseccionais em sua jornada, a vulnerabilidade de ser criança. Seus direitos foram afetados pela dura face do trabalho imposto. Ela revelou em suas narrativas, quando pequena era: “ela me botava pra lavar louça, eu subia num banquinho, aí eu lavava as louças”. Ao passo que ainda era fiscalizada a toda hora e, caso não satisfizesse o solicitado, sofreria punições. Maria segue a narrar os acontecidos naquele eixo de opressões. “Ela falou que ia me colocar pra estudar, que eu ia fazer companhia pra filha dela e eu ia estudar, só que, foi tudo diferente do que ela falou.” A promessa do estudo formal se transfigura aqui enquanto meio para o qual fora levada de seu chão, ao passo que, na verdade, a pretensão da mulher que a levou era justamente educá-la para o serviço doméstico, lugar de subserviência, que já lhe era imputado pelo gênero, classe social e sua origem rural. Desse modo, aos poucos, fora impetrado a Maria todo tipo de violência: simbólica, material, moral, psicológica e até mesmo física; o que lhe causou, diante de suas narrativas, dores d’alma que dificilmente lhe fogem à memória. A fuga dos maus

tratos eram os livros que ficavam numa estante no quartinho de empregada, lugar da casa no qual era reservado a ela, onde também era trancada, restringida do direito de, até mesmo, fazer suas necessidades fisiológicas. Ali a magia das histórias a encantou, era como uma viagem para outra realidade.

Ela não me deixava assistir televisão e eu me lembro que a cozinha, a pia, tinha uma porta de frente pra pia e eu conseguia ver a televisão. Eu ficava distraída lavando louça e distraía olhando p televisão, aí ela começou a fechar a porta quando eu tava lá na pia lavando louça, ela fechava a porta pra mim não assistir. Aí quando eu ia dormir, ela me trancava no quarto. Eu não tinha direito de ir no banheiro porque eu ficava trancada. Mas uma coisa boa aconteceu porque lá no quarto que eu dormia, o quarto de empregada tinha uma estante e essa estante era cheia de livros e eu gostava muito de ler. Quer dizer, nessa época eu comecei a tomar gosto pela leitura porque eu não tinha nada pra fazer, não assistia televisão, não fazia nada, então eu começava a ler os livros de história e comecei ler outros livros e eu achava bom. Eu nem me importava que tava trancada dentro de um quarto, porque eu ficava tão perdida nas leitura lá que eu queria mais era ver o final da história e eu não ligava muito não.

A pequena Maria, com seus sonhos infantis, divagava nas histórias, presa por tramas que a instigavam, na mesma medida em que era contida pela infelicidade das encruzilhadas de violências que seu olhar de criança jamais deveria acessar. Ali estava a criança Maria de Fátima, assim como nas histórias que gostava de ler, mas essa era dolorosa e trágica, relatos intensos e corajosos, de uma mulher marcada por ser quem é, por ter nascido no chão que nasceu, vitimada tanto fisicamente como também por ameaças por parte daquela que deveria ser sua protetora. As ameaças e agressões estenderam também a outros membros da família da “patroa”:

Olha ela me batia e depois disso foi uma sobrinha dela pra lá, então as duas, essa sobrinha dela brigava, encrocava comigo e me batia e eu não fazia nada porque ela me ameaçava. Ela falava que o pessoal de Salvador costumava matar as empregada e se falasse alguma coisa pra alguém matava. E eu achava que realmente ela ia me matar, a área lá da... de serviço era aberta né, não tinha grade, não tinha proteção, eu imaginava que ela ia me jogar de lá, porque assim, o apartamento de um lado era a cidade alta e do outro a cidade baixa. Então, da área da cozinha, daquela área de serviço dava pra cidade baixa, então lá era, nossa quando eu olhava pra baixo chega ficava tonta e aí eu tinha medo.

Silenciada pelo medo, distante de seu chão, de seus parentes, vítima de agressões constantes, Maria de Fátima temia até mesmo por sua vida. Essas violências seguem lado a lado pelas vias discriminatórias do classicismo e do gênero. Suas bases são históricas, heranças de um passado nem tão distante que ecoa na contemporaneidade como um fantasma que assombra os quatinhos de empregadas. Essas violências são caracterizadas

pelas relações desiguais, poder, dominação e configurações do que se entende por trabalho doméstico no Brasil. Melo (1998, p. 1) aponta que.

A problemática sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil se deu de maneira parecida com a dos Estados Unidos. Antes da abolição da escravatura, os responsáveis pelas tarefas domésticas eram escravos. Durante todo o século XIX, além de contar com os escravos domésticos, as famílias podiam usufruir, do que a autora denomina “ajuda contratada”, ou seja, ajuda de mocinhas que colaboravam com as tarefas domésticas, que se tornou uma fonte adicional do trabalho doméstico, e que se configurou tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, no pós-abolição, como a maior fonte de trabalho de mulheres.

“Ajuda contratada” era essa a função exercida por Maria. Sem carteira de trabalho assinada, sem direitos previstos, sem relação de trabalho formal, apenas uma criança que fora retirada de seu lugar de origem justamente pelo fato de ser entendida como “da roça”, sem educação formal, que pouco entendia, assim como seus pais, do que seria morar na cidade grande (a capital do Estado). Se encontrou nas avenidas de dores, desamores, vivenciou os maus tratos e teve sua infância roubada. Maria segue relatando como era o dia a dia na casa.

Haaa pra acordar, ela me acordava cedo sabe como era? Ela abria a porta e jogava um copo de água na minha cara, aí eu ficava esperta, né? Porque de tanto levar água na cara, né possível, né? Aí quando ela abria a porta pra jogar água na minha cara, eu já tava era acordada e eu ficava perto da estante porque o quartinho era pequeninim. Aí quando ela abria a porta já dava com a minha cama né, a cama que eu dormia, então eu levantava antes dela abrir a porta eu já tava pronta e doida pra ir no banheiro também né?

Maria convivia diariamente com as humilhações travestidas em ações, como a de jogar água em seu rosto para acordá-la, ao que ela logo aprendeu a se defender acordando mais cedo. Mas, na verdade, esse seria o intuito da “patroa”: exercer ações que moldassem a empregada doméstica não com a finalidade dela ser um deles, mas de torná-la mais dócil e dominada. Maria se recorda ainda da educação enquanto fator primordial para a sua libertação das amarras violentas as quais estava submetida.

Quando eu comecei chegar no colégio com hematomas aí a professora desconfiou, ela perguntou porque que eu tava cheia de hematomas e ai eu não queria dizer com medo dela me matar, né? Porque eu achava que ela ia me matar. Aí depois eu falei, foi aí que a professora falou que eu não ficasse calada, que quando ela me prendesse no quarto, que eu gritasse e assim eu fiz. E esse dia que ela me prendeu, a sobrinha dela me bateu e aí eu já tava assim mais forte porque a professora me deu força, né? Aí quando ela foi me bater, eu mordi o braço dela, mordi mesmo com vontade. Aí ela me deu muita porrada, me jogou dentro do quarto trancou. E o marido dela não sabia, quando

ela fazia essas coisas ele não tava em casa. Ai quando ela me trancou eu comecei a gritar, ai eu pedia socorro, eu gritava o tanto que eu podia, chega fiquei rouca. E ele ouviu e ele pediu pra me tirar de lá e o que que tava acontecendo, ai foi daí que ele pediu pra me trazer de volta pra Barreiras e ela me mandou de volta. Quem veio me trazer foi essa sobrinha dela.

Foi então que, aos 13 anos de idade, Maria retornou ao seu chão, marcada pelas vias de discriminação, opressões e violências. De volta para os seus nas veredas do interior do interior. No retorno, mais agressões pelo caminho.

Essa sobrinha dela veio, aí contou um monte de mentira pra minha mãe e ela acreditou, né? Quando eu cheguei lá na Barriguda, minha mãe achou ruim e me bateu por causa disso. Aí eu sei que minha vida começou assim, aí eu peguei e fugi. Fui morar na casa da minha tia na roça, na outra roça, lá no Barroão. Ai eu fui morar com minha tia. Aí depois eu vim trabalhar numa casa aqui em Barreiras e como naquela época não tinha, não existia aposentadoria e lá na casa da minha mãe ninguém trabalhava, tinha minhas irmã mais velha que morava fora, né? Ai eu arrumei emprego aqui, quando eu recebia eu fazia compra e ia levar, eu tinha 13 pra 14 anos, eu trabalhei em várias casa.

Longe das imputações da “ex-patroa”, Maria também enfrentou as repreensões de sua própria mãe, o que a levou a sair de casa e buscar refúgio com sua tia no povoado do Barroão. Não demorou muito até que ela começasse a trabalhar novamente como empregada doméstica em outras residências. Nesse contexto, em que a precariedade econômica, a pobreza, o desemprego e a falta de oportunidades pesavam, o trabalho doméstico se apresentava como principal fonte de renda para jovens como Maria, visto que meninas oriundas de zonas rurais eram enviadas para trabalhar como serviçais em casas de famílias de classe média e alta na região. Já em Barreiras, passou a adolescência, juventude e vida adulta trabalhando em casas de família e se confrontou com tantas outras opressões, que se manifestavam nos lugares invisíveis, nas normas indiretamente seguidas, tendo então se revoltado com essas intersecções de opressões.

Na época que eu trabalhava assim, eu tinha muita revolta pelo tratamento que eu tinha das patroas, porque eu queria que as pessoas, não é que eu queria ser da família, mas eu queria o meu direito, eu queria que me respeitasse. Eu tava exercendo um trabalho ali pra pessoa, a pessoa tinha a casa limpa, tinha comida pronta, tinha tudo limpo, eu tava fazendo um trabalho, então eu queria que reconhecesse o meu trabalho. E a minha revolta naquela época é que eu trabalhei muito de graça, trabalhei muito pra pessoas e muita gente não pagava. O trabalho doméstico não para, eu tenho que limpar casa, fazer comida, lavar louça, tá sempre em movimento, sujando e lavando, então eu acho que devia ser mais valorizado. Hoje tá bem melhor do que na minha época, como eu já falei, eu trabalhei muito de graça, muito, então, o povo naquela época não valorizava.

Essa inconformidade de Maria se dá pelo tratamento que recebeu enquanto trabalhadora doméstica, a ausência de reconhecimento e valorização do seu trabalho, as violências sofridas, os silenciamentos e espaços delimitados. Ela segue desejando não apenas o respeito e direito garantido enquanto trabalhadora, como também o reconhecimento da dignidade de sua função, que, apesar de fundamental para o funcionamento do lar, era subjugada e frequentemente desvalorizada pelas empregadoras. O fato de ter trabalhado "muito de graça", ou seja, sem receber remuneração adequada, sublinha ainda a função análoga à escravidão, uma realidade que assola a vida de muitas outras "Marias" Brasil afora.

Maria seguiu sua jornada inter cruzada pelas marcas das violências sistemáticas vivenciadas desde a infância, finalizou seus estudos ao longo de seus 36 anos, quando já havia casado e tido sua primeira filha. No momento em que se divorciou, com duas filhas para criar, sendo uma delas esta que vos fala, Maria se formou em Técnico em Laboratório, mas não chegou a exercer a profissão. Desempenhou trabalho de carteira assinada e, logo em seguida, se aposentou. Durante sua aposentadoria, chegou a trabalhar uma última vez como empregada doméstica. Possui no cuidar, limpar e zelar, sua identidade forjada pelos papéis determinados na estrutura social, mas reservo-lhe aqui seu papel enquanto voz para tantas outras mulheres igualmente atravessadas pelas vias discriminatórias interseccionais, seu nome? Maria de Fátima, não mais "Maria empregada"!

“Ó céus, reprimida, excluída, meu bom Deus me guie em direção à saída”

[...] não podia sentar na mesa com eles, aí eu ia chorar, eu fazia oração. Eu ficava lá no quintal no meio das plantas, eu olhava pro céu e chorava e pedia a Deus né, que Deus me desse forças pra que eu terminasse os meus estudos, fazia isso...

Rosa Rodrigues de Lima

Rosa Rodrigues de Lima, mulher preta, nascida em 1964 no chão do Barroão, povoado localizado no município de Barreiras – Bahia, filha de Manoel Francisco Rodrigues e Lúcia dos Santos Rodrigues. Nasceu pelas mãos de parteira e é uma das

quatro mulheres de cinco filhos do casal. Rosa adentra as dificuldades de sua infância num contexto rural.

Bom, a minha infância não foi muito, han, foi difícil, né? Um pouco difícil porque nós morávamos na roça e meus pais eram pobres, não tinha condição de me dar as coisas. Então, pra gente poder comprar alguma coisa tínhamos que trabalhar. Então, eu comecei a trabalhar desde pequena na roça, né? Plantando cebola, colhendo, plantando alho e rancando feijão. Muitas vezes, a gente ia também planar e colher, cortar capim, cortar capim pra poder a gente comprar nossas coisas. E quando os meus pais, meu pai ia bater feijão naquela época, ele costumava falar assim, que se nos quiséssemos comprar alguma coisa tínhamos que pegar, eles falavam era o pé dos terreiros que depois que ele colhia o feijão, aí ficava aquele resto de feijão, né? Que não era selecionado então, ele dava pra gente e daí a gente colhia, pegava aquele feijão com muita dificuldade, muitas vezes, ficava com as mãos furadas porque tinha muitos espinhos e daí nós peneirava o feijão e vendia, vendia no prato. Naquela época era eu e minhas irmãs, era nós quatro (Rosa Lima, 2023).

Rosa teve a infância marcada por dificuldades econômicas e a necessidade de contribuir para o sustento familiar desde muito jovem. Vivendo na zona rural, sua família dependia da agricultura familiar e, como muitos filhos de agricultores pobres, ela teve que trabalhar na roça para garantir, não apenas o sustento básico, mas também a possibilidade de adquirir seus itens pessoais. Quando questionada sobre o lugar onde nasceu, Rosa expressa uma saudade especial por outro povoado, Baraúna. Apesar de não ter nascido lá, ela desenvolveu um profundo sentimento de pertencimento ao local, evidenciando a forte ligação afetiva que construiu ao longo de sua vida.

Eu tenho saudades, eu tenho muita saudade era da Baraúna naquela época. Nós passamos por vários lugares, mas a que marcou mais foi a Baraúna. Eu nasci acho que foi no Barrocão, depois eles vieram pra Baraúna, aí da Baraúna eles saíram e fomos morar ali perto da Serra do Saco, depois retornamos novamente pra Baraúna. Eu passei a maior parte da minha infância foi na Baraúna, da minha infância e juventude também. Na Baraúna, quando nós éramos criança, era pra nós criança naquela época, era bom né? Que era na beira do rio, a gente ia tomar banho, ia pescar e depois na adolescência também não era ruim. Foi na época que eu comecei a estudar e me envolvi com a igreja, grupo de jovens, né? Então, não foi uma época ruim.

Ainda com pouca idade, na altura de seus nove anos, Rosa encontrou dificuldades em relação a continuidade dos seus estudos no povoado da Baraúna, desde então passou a frequentar a escola no município de Barreiras, sendo este o motivo pelo qual fora trabalhar como doméstica em casas de famílias de classe média da região.

Eu comecei a trabalhar de empregada doméstica assim porque lá na Baraúna eu queria muito estudar, muito mesmo, e naquela época não tinha escola na

Baraúna, tinha escola, mas não tinha a série. Aí eu comecei estudar, com nove anos eu vim pra Barreiras, como lá não tinha escola, eu acho que era fundamental I, aí eu decidi vim pra Barreiras. Uma situação muito difícil porque naquela época não tinha transportes escolar, o único ônibus que tinha era o da Entram, então eu ia pra pista, era mais ou menos assim, meio dia pra ver se eu conseguia uma carona pra chegar aqui em Barreiras. Então eu ficava a tarde quase toda naquela expectativa aí esperando carona. Com nove anos, eu vim pra Barreiras justamente pra estudar. Aí eu trabalhei olhando uma criança, eu me recordo ainda até hoje. Essa criança ele já até faleceu, era difícil, era uma família, uma casa assim onde tratava realmente como empregada, né?

Atravessada pelas vias discriminatórias de raça, classe e gênero, para Rosa, a vontade de alcançar educação formal era dificultada diante da necessidade de subsistência. Não havia outro caminho senão a função desempenhada por tantas outras mulheres negras que a antecederam como parte de uma herança do racismo estrutural brasileiro, caracterizado pelas dinâmicas de aprisionamentos a partir do desnivelamento social, como apontado por Beatriz Nascimento (2010, p. 4):

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais da sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais.

Ou seja, nas entrelinhas das opressões simbólicas, no trafego de avenidas identitárias, Rosa, apesar de tentar romper com a lógica de dominação imposta aos corpos racializados, especificamente de mulheres negras, ao ir em busca da educação formal, se depara com a pertença aos espaços delimitados e atravessados pelo patriarcado, opressão de gênero e classe, e num plano maior, a raça. Ela tece seu relato, evidenciando em sua fala o sentimento de aprisionamento e exclusão.

Então, você não tinha muita liberdade na época. Eu me lembro que ela tinha um armário, aí toda vez que ela saía, ela trancava o armário. Ela colocava os biscoitos tudo no armário, aí ela trancava o armário já pra ninguém pegar um biscoito pra comer. Então eu ficava olhando o filho dela, ajudava a fazer comida, o filho dela tinha dois anos, eu ficava olhando ele. Quando ela chegava não gostava muito dela porque ela tratava mal.

Desse modo, ao se deparar com a lida do trabalho doméstico, Rosa adentrou as encruzilhadas de violências simbólicas, representadas pela figura de sua empregadora, que determinava espaços até mesmo no que tangia as especificidades alimentícias. O que

a casa grande come não pode ser dado à criadagem, numa perspectiva de *apartheid* que muitos insistem, a partir do mito da democracia racial, não existir no Brasil. A branquitude segmenta, segrega e impõe limites, na mesma medida que coisifica a figura do não branco e, ainda mais, a da mulher negra. Seguindo os caminhos que construíram a identidade de Rosa, preta, do Brasil profundo, ela é colocada na condição de cuidadora de uma criança, sendo também criança, denotando a presença do que Lélia Gonzales denomina de “mucama permitida”

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). (Gonzalez, 2020, p. 73)

Essa “mucama permitida” é a face inescrupulosa do racismo estrutural, que reduz a trabalhadora doméstica negra à condição de “burro de carga”, tida meramente como prestadora de serviços gerais, que deixa sua família, seu lar, para servir à família dos outros. Esses outros são entendidos aqui enquanto pessoas brancas que se configuram como a classe dominante e empunham suas dominações em camadas de violências cotidianas.

Na segunda casa que trabalhei, eu olhava o filho dela, mas eu fazia tudo, eu fazia tudo, eu fazia comida e olhava a criança. Era difícil também, era muito difícil, que ela tratava mesmo como empregada, ela era uma pessoa muito fechada, perguntava se tinha feito as coisas, ia olhar pra ver se tava tudo ok, se não tivesse ok, ela reclamava, aí tinha que voltar e fazer tudo de novo. Esse tipo de coisa. Aí nessa época, eu já estava estudando no Padre Vieira, nessa época o Polivalente tava fechado e eu estava na sexta série, aí eu vim pro Padre Vieira, estudei lá. Mas não tinha dinheiro pra pagar porque, naquela época, era particular, até que eu encontrei o bispo Dom Ricardo que me deu meia bolsa e a outra parte, eu não tinha dinheiro pra pagar, aí eu pulava o muro. Um dia o diretor descobriu, aí me chamou, ele soube que eu tinha pulado muro. Aí eu falei, pulei. Aí ele perguntou porque você pulou o muro, aí eu falei porque eu não tinha dinheiro pra pagar. Aí ele perguntou como é que era, se meu pai me ajudava, falei que não, que ele não tinha condição de me ajudar. Aí ele resolveu me dar meia bolsa, aí fechou, ficou a bolsa integral. Uma parte que a igreja bancava e a outra parte o diretor liberou pra mim. Aí foi como eu terminei meus estudos.

Nas encruzilhadas interseccionais, Rosa se encontrava sempre em busca de alcançar seu objetivo, um direito básico, o direito à educação. Mas, diante de tantas

opressões pelo caminho, se viu na necessidade de ter que pular o muro de uma instituição de ensino para conseguir se formar. Diferentemente de seus colegas, sua vida era dificultosa, a lida do trabalho e da escola, a precariedade e escassez de recursos, o enfrentamento frente aos preconceitos, a luta por melhores condições, tudo isso a fazendo acessar as dores da exclusão e da repressão.

Quando eu sentia assim reprimida, eu sentia que era como se eu fosse excluída. Eu costumava ir pro quintal assim umas seis horas da tarde. Eles tavam na sala assistindo televisão, porque não podia sentar pra assistir televisão, não podia sentar na mesa com eles, aí eu ia chorar. Eu fazia oração, eu ficava lá no quintal no meio das plantas, eu olhava pro céu e chorava e pedia a Deus né, que Deus me desse forças pra que eu terminasse os meus estudos, fazia isso.

Seu sonho girava em torno de concluir seus estudos e, mais adiante, iniciar uma graduação superior. A educação entendida enquanto caminho para melhores condições de vida, que lhe pudesse render uma profissão formal. Entretanto, sua jornada fora traçada pelas múltiplas opressões que a subjugavam, que determinaram o lugar social que, mulheres como ela, deveria ocupar. Essa estrutura de poder visa dizimar oportunidades para a população negra e, em maior intensidade, para a mulher negra. Para Rosa, ser mulher, negra, nordestina, de origem rural e classe social inferior lhe configurou vias discriminatórias que atingiram diretamente sua trajetória de vida, tornando seus passos mais pesados. Em seu caminho, enfrentou exclusão, solidão e repressão. Já na infância, e depois juventude, teve direitos básicos negados. Em busca do sonho da educação escolar, teve que se desdobrar entre trabalho e estudo, e ainda contou com a benevolência da igreja para continuar matriculada na escola. Sua trajetória vai de encontro a falácia da meritocracia tão presente nos discursos da branquitude, em que difundem a falsa noção de que todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades “é só querer e fazer acontecer”. Desse modo, aos poucos e com muito custo, Rosa Rodrigues de Lima teve suas preces atendidas pelo seu bom Deus, ao qual rogou prostrada num quintal repleto de rosas - assim como seu nome. Ali, no quintal da casa em que não podia ao menos sentar-se à mesa, Rosa pediu para que pudesse realizar seu sonho mais desejado: terminar seus estudos.

Terminei meus estudos, eu fiz magistério, né? Naquela época, 88, eu conclui o magistério. Aí depois que eu concluí, fui trabalhar em fazenda. Passei seis anos trabalhando nessa fazenda como professora. Aí eu queria fazer uma faculdade né, meu sonho era fazer uma faculdade, minha educação superior. Foi um sonho que eu tinha e foi concluído. (...) aí eu fiz História, Licenciatura em

História na UNEB. Mas terminando trabalhando com Fundamental I. Que eu deveria ter terminado Pedagogia, daí fazer História, mas me identifico muito com fundamental I, tanto é que já tem uns quinze anos que trabalho com alfabetização. Foi vocação, eu sempre quis ser professora e não me vejo em outra área, tem o quê? Vinte anos e não me vejo em outra área de jeito nenhum.

Formada em história pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Rosa Rodrigues de Lima realizou seu mais latente sonho, apesar das intensas sobreposições de opressões enfrentadas em sua jornada de vida. Hoje, Rosa não se vê em nenhuma área senão a da educação e garante que sua profissão é advinda da vocação. Sua história é mais uma das tantas que moram no coração do Brasil profundo. Ela fala de uma criança, uma menina e uma mulher que tinha muita fé no seu Deus, que a ele confiava seus sonhos e chorava suas mazelas e que, por fim, realizou o grande feito de ser quem queria ser numa sociedade que precocemente lhe imputara o papel de doméstica. E qual o seu nome? A professora e historiadora Rosa Rodrigues de Lima.

Considerações Finais

Ao desbravar os caminhos para a realização e conclusão deste trabalho, pude adentrar os relatos subjetivos dessas duas mulheres, que com muito custo construíram e reconstruíram suas jornadas apesar das opressões interseccionais. Meu olhar se debruçou nas narrações de vida diante das marcas de serem mulheres, de origem rural atravessadas pela classe social inferior e pela racialidade. As memórias e oralidades documentadas aqui são de extrema importância para ecoar as vozes não só dessas duas mulheres, como a de tantas outras que tiveram suas vozes silenciadas e resignadas aos quartinhos de empregada.

Portanto, ao confrontar epistemologias hegemônicas de método e análise, sigo no intuito de romper com as rotas acadêmicas eurocêntricas, numa perspectiva de pesquisa que tenha como foco o caráter subjetivo em primazia e conhecimentos contra hegemônicos. Ao fazê-lo, busquei falar a partir do meu olhar, sobre a minha Maria, minha mãe, que com muito custo me proporcionou acesso a instrumentalidade para adentrar os muros da universidade pública. E que ao longo deste trabalho pude conhecer com mais profundidade ao me debruçar e analisar sua trajetória de vida.

Referências

CRENSHAW, Kimberlé W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1/2002, pp. 171-188.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020, 375 pp.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

MELO, Hildette Pereira. **O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras**. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 15, n. 1, 1998.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho: - por Beatriz Nascimento. **Portal Geledés**, [S. l.], 25 jul. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento/>. Acesso em: 20 jul. 2024

PINHEIRO, Luana, MADSEN Nina. **As mulheres negras no trabalho doméstico remunerado**. ipea, 2011, Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2684:catid=28&Itemid=23 Acesso em: 30/07/2024.

Recebido em: 10/10/2024

Publicado em 27/11/2024